

Minhas senhoras e meus senhores, queria começar por agradecer muito sinceramente à Comissão para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses e à Fundação Oriente a oportunidade que me deram para vos falar neste magnífico local. As palavras do Professor Alçada Baptista deixaram-me um certo peso na consciência porque, conforme ele disse, tudo aqui respira serenidade, permite-nos abstrairmo-nos dos tormentos e dos tumultos do exterior, aos quais eu receio que a minha conferência vos faça regressar. Neste local onde não se devia falar de problemas, vou falar-vos daqueles que hoje se põem à Europa e que, infelizmente, originam tanto inquietação quanto serenidade. Seja como for, acho que o tema foi muito bem escolhido e é portanto em redor da reinvenção que eu farei as minhas observações. Com efeito, e em especial neste momento, o problema da reinvenção é próprio da natureza da Europa.

No tempo, a Europa sempre teve que reinventar as suas perspectivas e o sentido da sua existência – sendo esse especialmente o caso hoje em dia. No espaço, sempre teve que reinventar as suas relações com o exterior – e talvez seja essa a ligação entre os descobrimentos portugueses, aqui comemorados, e o momento presente.

A propósito da Europa no tempo, acabei agora justamente de ler um pequeno livro da autoria de um jovem colega meu, Rémy Brague, intitulado *La Voie Roma me*. Defende a tese de que o próprio da Europa sempre foi a reinvenção em relação a um passado, que o próprio da Europa é uma apropriação daquilo que lhe é externo. As outras civilizações, ou são imutáveis, ou destroem o que as antecedeu. Ao passo que, segundo ele, qualquer cultura europeia é sempre secundária e imigrada relativamente a si própria, baseada naquilo a que chama de desnivelamento fundador entre algo de passado que se deseja recuperar, integrar e ultrapassar. O livro está construído sobre o paralelismo das relações tanto entre Gregos e Romanos, como entre Judeus e Cristãos. Mostra ainda a forma como a Europa tem tido uma sucessão de Renascenças, de Reformas e de *Risorgimentos*, incluindo mesmo, mais recentemente, o tímido efeito de cooperação entre três países da Europa Central, o chamado grupo de Visegrad, para comemorar o encontro no século XIII entre os reis da Boémia, da Hungria e da Polónia. Também a Revolução Francesa quis voltar ao espírito ou às virtudes dos Antigos, a Revolução Russa quis reviver o medo de Thermidor ou de Bonaparte. Existe um esforço permanente para reviver um momento fundador e para o ultrapassar integrando-o.

De igual modo, também a Europa no espaço talvez se defina antes de mais em relação ao que ela não é. Se alguma vez houve consciência europeia, foi face aos Turcos. E hoje o tema da Europa Central é justamente o tema daqueles que se consideram não Russos, ou não pertencentes aos Balcãs. Sempre fez parte da discussão europeia saber onde se situam as fronteiras da Europa. Continua a discutir-se se a Rússia é europeia ou asiática, ou euro-asiática; se a América é algo de novo ou algo de europeu. Penso que tudo isto faz parte da essência da Europa, ou seja, ter fronteiras — porque toda a identidade pressupõe

uma exclusão, toda a determinação, como dizia Spinoza, é uma negação — e não ter, reinventá-las a cada instante. Ainda relativamente às suas relações com o exterior, a Europa é justamente a civilização ou cultura que olha para fora. Hegel falou do seu aspecto marítimo: na Europa, o que conta é a relação com o mar, é o caminhar da vida para além de si mesma. Foi assim que a vida dos Estados europeus adquiriu o princípio da liberdade da pessoa singular. E portanto, sempre segundo Hegel, o princípio do indivíduo ou da pessoa não pode ter decorrido de uma civilização puramente terrestre, mas de uma civilização voltada para fora, voltada para o mar. A Europa, como também disse Dostoievsky, é aquela Europa donde sopram os ventos. E, para terminar esta sucessão um tanto ou quanto académica ou retórica de citações — mas, já que estamos a comemorar, comecemos os grandes pensadores que tentaram definir a Europa —, Nietzsche disse que o bom europeu se caracteriza pela sua aptidão em pensar de forma extra-europeia. E é justamente esse o problema actual da Europa: uma Europa que se projectou para fora, para a América, para a Rússia, para a Ásia. Será que, ao projectar-se, se perdeu? Ou, pelo contrário, conseguirá reencontrar-se?

Foi este o pano de fundo pelo qual tentei dar o meu inteiro acordo à ligação que aqui foi feita entre a Europa e o tema de reinvenção. Mas falando agora de questões imediatas e concretas, penso que este duplo problema da reinvenção e da Europa — no sentido da procura renovada tanto da construção europeia como das suas fronteiras e das suas relações com o exterior — é particularmente actual neste final de 1992. O primeiro problema que se põe é o da definição da Europa porque, quando se fala de Europa, fala-se de quê? Do continente europeu? Da Europa Ocidental? Da Europa da Comunidade Europeia? De uma instituição com doze membros? Como sabem, é justamente isso que está em causa: saber se a Europa se limita, como era hábito até à queda da Cortina de Ferro, à Europa Ocidental, à Europa da Comunidade. Ou será a Europa que vai do Atlântico ao Ural? Será a Europa da CSCE onde está agora incluída toda a antiga União Soviética, com países independentes asiáticos, como o Tadjiquistão e o Uzbequistão? Ou, num âmbito mais alargado, será a Europa que vai de São Francisco a Vladivostok?

Tudo isto levanta o problema, simultaneamente económico e político, de saber se a partir da Europa estamos numa perspectiva mundial ou mundialista, ou na de três grandes blocos: o europeu, o asiático ou japonês, e o americano. Mas também o problema do próprio sentido da Europa ou da construção europeia: a Europa para quê? É neste sentido que eu gostaria de orientar a minha exposição, ou seja, no sentido dos três desafios que conduzem ao problema de como reinventar a Europa — supondo que ela tem de ser reinventada. O primeiro é reinventar a Europa depois da guerra fria, depois da queda do Muro de Berlim, o que abre uma perspectiva totalmente nova. O segundo é reinventar a Europa depois de Maastricht e depois do Não, no primeiro referendo dinamarquês, bem

como após o resultado ambíguo do referendo francês. E o terceiro é reinventar a Europa depois de Sarajevo, depois da guerra da Jugoslávia, depois do reaparecimento de um certo número de fenómenos considerados desaparecidos ou atenuados, como o nacionalismo e o totalitarismo. Donde ser legítimo interrogarmo-nos se não se está a reinventar uma Europa das guerras balcânicas, uma Europa dos refugiados, uma Europa dos campos de concentração, uma Europa dos problemas esquecidos: o problema das fronteiras, o problema das minorias, o problema das migrações, que por sua vez levantam o problema do sentido do Estado-Nação, do sentido da ordem mundial, do sentido da política e da democracia.

Penso, e tentarei demonstrar, que entre estes três desafios existe uma espécie de dialéctica. O desaparecimento da guerra fria e, portanto, o alargamento do horizonte europeu com a queda do Muro de Berlim, conduzem inevitavelmente a uma espécie de diluição, a uma primazia da perspectiva do alargamento. Perspectiva essa que, por seu lado e para manter a construção europeia, conduziu a um esforço de aceleração do aprofundamento através do Tratado de Maastricht, através das tentativas de uma Europa Política ou de Defesa, da Moeda Comum ou do Mercado Comum. Mas os problemas levantados por esse esforço de aceleração são justamente como que uma reacção de rejeição por pelo menos uma parte da população e dos Estados. Reacção essa que faz com que estejamos numa fase mais de retracção, de fecho, de acentuação da prudência sobre o papel dos Estados face ao federalismo ou à Comissão, de receio de abertura aos produtos ou às populações estrangeiras. O que, também por sua vez, conduz a uma maior dificuldade no enfrentar dos problemas dessa terceira dimensão: problemas da Europa de Leste e do Sul, problemas de uma nova ordem mundial em fase de instauração — especialmente a poucos milhares de quilómetros de nós.

Começarei pelo primeiro desafio: reinventar depois da queda da Cortina de Ferro. Jacques Delors, o Presidente da Comissão Europeia, disse que a Europa foi apanhada de surpresa. E teve o grande mérito de o reconhecer e de tentar defender-se, ao dizer que o que deveria ter sido o grande ano da construção europeia, 1992-1993 não o foi, e que o grande ano do continente europeu foi o de 1989-1990, ou seja o da queda do Muro de Berlim, o da queda do comunismo, primeiro na Europa de Leste e depois na Rússia. Tem-se assistido, desde então, a uma espécie de corrida entre os movimentos de desintegração a Leste, à qual se seguiu o movimento de reunificação da Alemanha. O governo alemão tentou efectivamente apanhar o comboio em andamento para encontrar um fundamento político para a reunificação, e seguidamente as instituições europeias tentaram integrar esses novos dados. Mas é justamente aí que reside o problema, o problema do tempo e do ritmo imprevisível dos movimentos sociais, que são diferentes dos das acções dos estadistas e da adaptação das instituições. Uns contam-se por vezes em dias, outros em meses ou anos, outros ainda em décadas. Alguns dos nossos políticos franceses, como Jean-Pierre Chevènement, adversário de Maastricht,

dizem que a primeira vítima da queda do Muro de Berlim foi Jacques Delors. Querendo com isto dizer que a Europa foi filha da guerra fria, feita para resistir à ameaça do Leste e que portanto, tendo deixado de haver ameaça a Leste, deixou de haver construção europeia.

E um argumento que eu considero profundamente errado, mas que ao mesmo tempo contém uma parte de verdade. Para mim, a construção europeia tal como foi desejada pelos pais fundadores — que também podemos comemorar: Jean Monnet, Robert Schumann, entre outros — tinha quatro objectivos. Primeiro, resolver e impossibilitar o regresso dos conflitos internos, especialmente entre a Alemanha e os países vizinhos, facto que contribuiu para as duas Guerras Mundiais. Segundo, alcançar uma maior prosperidade económica através da perspectiva do Grande Mercado. Em terceiro lugar somente — pois parece-me tratar-se de uma consequência indirecta porque a Comunidade nunca foi a OTAN —, resistir à ameaça externa, em particular à ameaça do Leste, contribuindo após o plano Marshall para a consolidação económica da Europa Ocidental. E em quarto lugar, num horizonte mais geral e mais ambicioso, ultrapassar a lógica das rivalidades entre potências e a lógica dos Estados-nações — não apenas entre a França e a Alemanha, mas apresentando ao mundo uma perspectiva apelidada de federalista, funcionalista ou uma mistura de ambas, embora sempre diferente da rivalidade entre potências. O próprio Jean Monnet manifestou essa ambiguidade, aliás comum a todos os europeus: restaurar a Europa entre os dois Grandes para garantir a sua autonomia e, sem se transformar numa grande potência igual às outras, mudar a natureza do jogo apenas pelo facto da sua presença. Creio que o conjunto destes objectivos permanece válido, embora alguns tenham que ser, senão reinventados, pelo menos recenseados e redefinidos.

Os conflitos nacionais, territoriais e económicos entre Estados europeus são, pelo menos na nossa época, algo de ultrapassado. Trata-se de um dos grandes fenómenos do nosso tempo. Para nós, cujos pais e avós viveram na obsessão da vingança dos conflitos territoriais, o facto é agora impensável. O eclodir de uma guerra entre a França e a Alemanha, entre a Alemanha e a Inglaterra, entre a Espanha e Portugal, entre a Noruega ou a Dinamarca e a Suécia, entre países que já viveram séculos de conquistas, de independência e de conflitos, tornou-se totalmente inviável. Não direi que é graças à Comunidade Europeia pois, antes mesmo da existência desta, já esse fenómeno acontecia entre a Espanha e Portugal, entre os países escandinavos ou entre os Estados Unidos e o Canadá. Esta é aliás uma grande interrogação histórica e filosófica que ainda não obteve resposta: será devido à economia, à alteração dos valores, à democracia? O facto é que o papel da Comunidade Europeia é justamente consolidar essa mudança. Donde novamente a ideia de *reprise*. À Comunidade Europeia não é a causa, não é a origem, mas ela própria se baseia nesses princípios que permitiram ultrapassar a perspectiva histórica dos conflitos territoriais, que permitiram consolidá-la e desenvolvê-la. Penso que este é

mais um exemplo da dialéctica dos costumes e das instituições, em que estas nada são se não caírem num solo permitido pela evolução cultural, social e económica. Mas, simultaneamente, trata-se de uma evolução sempre reversível e há que consolidá-la através de instituições.

O segundo desafio, o da prosperidade económica, também foi conseguido até agora, embora o problema seja o de saber se a Comunidade Europeia aproveitou os chamados «trinta anos gloriosos», os períodos do crescimento económico, e se, em época de crise, não haverá factores de desagregação. Por outras palavras, se se trata, como se diz em inglês, de uma «*fair weather community*», de uma Comunidade que funciona bem quando as coisas correm bem, mas que descarrila quando correm mal. Penso todavia que, em período de crise, as coisas seriam ainda muito menos controláveis se a Comunidade não existisse, sendo justamente esse um dos motivos porque se tenta avançar para a moeda única, a fim de tentar limitar um dos principais problemas do nosso tempo: a dificuldade em controlar os movimentos de capitais, em controlar os movimentos bolsistas ou outros factores significativos que escapam ao controlo dos Estados. Mas reconheça-mos que tal facto levanta novamente o problema das condições nacionais, económicas e culturais que fazem funcionar mecanismos como o mercado comum, a integração económica e eventualmente a moeda comum. Em termos de integração, começámos por ser Seis, todos com sistemas económicos e níveis de vida comparáveis. Seguiu-se depois um alargamento progressivo e, quando a Espanha, Portugal e a Grécia entraram para a Comunidade, houve muito quem se interrogasse sobre o futuro. Eram inúmeros os pessimistas, mesmo em França. Pierre Mendès-France disse, em 1957: «À França tem primeiro que se reformar a ela própria para poder enfrentar os ventos da concorrência do Mercado Comum». Só que aí enganou-se, pois foram os ventos da concorrência que permitiram à França reformar-se. Eu estive aqui em 1975 e em várias outras ocasiões, quando muita gente se interrogava sobre se Portugal estaria pronto para entrar na Comunidade. Ora, para Portugal e Espanha, penso que a integração funcionou, que a Comunidade trouxe algo de positivo. Mas, em contrapartida, não creio que se possa dizer o mesmo em relação à Grécia. Esta, apesar de tudo, não mudou muito, não se integrou verdadeiramente. Repare--se que, nas decisões da Comunidade, a Grécia está sempre à parte. E evidente que, geograficamente, se encontra cercada de Estados não-comunitários e tem uma tradição cultural diferente, o que mostra que o que está em jogo não são apenas as questões do nível de vida, mas também as questões culturais, as questões das prioridades e dos interesses que, por sua vez, levam à questão da condição de se poder tirar partido da integração ou, pelo contrário, ser-se vitimado por ela.

O que me conduz ao terceiro desafio, que é a ameaça do Leste. Evidentemente que a ameaça soviética não é já a mesma, o que por um lado torna mais possível a construção europeia. Porque, enquanto

o problema militar esteve no primeiro plano, também os Estados Unidos estiveram no primeiro plano. Hoje a distinção é mais nítida entre a Europa e os Estados Unidos, sem que todavia tal implique querer o desaparecimento da OTAN ou a retirada das tropas americanas. Mas, por outro lado, pode também dizer-se que o problema da defesa não está esquecido e que se constata já ressurgimentos de ambição nacional russa no exército – uma ameaça imediata diferente da anterior, embora ninguém saiba o que se passará dentro de uma geração. É óbvio que hoje o problema da força, o problema militar, deixou de ser o da dissuasão nuclear ou o de um ataque maciço. Hoje o problema reside no facto de nos encontrarmos rodeados de guerras civis, de anarquia, ou de investidas de um país periférico contra outro. Donde uma questão que desenvolverei mais detalhadamente na terceira parte: saber quem pode intervir e como obter uma influência não contra a força do Leste, mas destinada a solucionar a sua fraqueza, os seus conflitos, tudo quanto lá se passa. Penso que, a longo prazo, esta é outra perspectiva oferecida pela Comunidade Europeia, ou seja a perspectiva do pluralismo e da interdependência económica, a da esperança de que as transformações verificadas na Europa Ocidental, que tornam os conflitos impossíveis, se produzam igualmente a longo prazo no Leste. A curto prazo, o Ocidente desenvolvido - a Europa, os Estados Unidos, o Canadá e, de certo modo, o Japão - é uma espécie de centro com os seus próprios fenómenos de anarquia ou de desintegração mas que, comparativa e relativamente estável, próspero e integrado, se vê confrontado com duas periferias, a Sul e a Leste, simultaneamente rivais e instáveis. E, no próprio interior desse centro, coloca-se a seguinte questão: tratar-se-á de um centro unido, ou de um centro cada vez mais dividido em três blocos? Ou seja, coloca-se a questão de saber como é que esse centro pode ajudar a estabilizar a periferia sem ele próprio perder, do ponto de vista económico ou social, a sua estabilidade. E este o problema que hoje se nos coloca desde a queda do Muro de Berlim: a transformação da questão do alargamento e do aprofundamento. Transformação acima de tudo devida à Alemanha unificada, que tem forçosamente que dar prioridade ao difícil processo - mais difícil do que se esperava - da integração entre a Alemanha Oriental e a Alemanha Ocidental. As consequências, tanto do ponto de vista monetário como do ponto de vista das taxas de juro, estão à vista. Contudo, a Alemanha quis, por outro lado - com Jacques Delors, Mitterrand e todos os outros países -, mostrar, depois de alguns meses de flutuação, que a Europa continuava. E os Alemães e o Chanceler Kohl quiseram mostrar que, quanto mais se integravam e se reunificavam, mais europeus se tornavam, menos se afastavam da Europa. Assim, quer em consequência, quer como reacção à reunificação da Alemanha, passou a dizer-se que a antiga Alemanha Oriental fazia parte da Comunidade. E a Alemanha quis, por outro lado, dar provas da sua boa fé europeia ao proceder à aceleração da Cimeira de Dublin, poucos meses após a queda do Muro, em Abril de 1990. E, quando se vivia a perspectiva do

início do Grande Mercado, aconteceu Maastricht que é antes de mais uma resposta à queda da Cortina de Ferro, com o objectivo de dar novo passo em frente: moeda comum e início de uma política externa e de segurança comuns, de uma defesa europeia, renascimento da UEO - o que todavia também deu origem a algumas das tensões hoje verificadas. O mesmo se pode dizer do ponto de vista institucional. O eterno debate do aprofundamento e do alargamento - em que a França sempre insistiu mais no aprofundamento, a Inglaterra no alargamento, e a Alemanha numa combinação de ambos - colocou-se de uma forma que tornava quase inevitável a vitória do alargamento. Há, desde logo, o espaço económico europeu, já praticamente adquirido, com a Finlândia, a Suécia, a Áustria e a Suíça e, em cima da mesa, estão, Malta, Chipre, a Turquia e os países da Europa de Leste. O que não podia deixar de levantar a grande questão de saber o que é uma Europa primeiro a Dezasseis, depois a Vinte e Dois, e depois talvez um dia a Trinta e Cinco. Como poderá funcionar?

Jacques Delors falou numa emissão de televisão francesa poucos dias antes do referendo dinamarquês, em que disse ser preciso haver um maior papel por parte da Comissão e um menor papel por parte dos pequenos Estados, embora os Dinamarqueses não o devessem ouvir para não prejudicar o referendo. Só que a TV5 existe, é vista aqui e na Dinamarca. De forma que as perspectivas avançadas em relação ao alargamento geraram inquietação naqueles que não viam com bons olhos um papel acrescido quer da Comissão, quer dos grandes Estados. O mesmo acontecendo relativamente à imigração. Os acordos de Schengen podem ser vistos por uns como uma abertura, como a abolição das fronteiras entre os Estados signatários, mas também como uma porta fechada para outros. Efectivamente, há os imigrantes potenciais do Sul que dizem que se está a abrir a Leste, e os imigrantes do Leste que dizem que só nos abrimos entre nós e nos fechamos em relação a eles. E, infelizmente, é o que está a acontecer. Por outras palavras, o que se verifica é um receio de desestabilização devida à abertura a Leste, mas que acontece também a Oeste. Donde o seguinte dilema em relação ao Leste: em princípio estamos muito satisfeitos com o fim do comunismo, em princípio dizemos que a longo prazo - e está escrito no Tratado de Roma - todos os Estados europeus poderão aceder à Comunidade desde que sejam democráticos, mas no fundo receamos a entrada dos seus produtos, especialmente em sectores sensíveis como o aço, os têxteis, a agricultura, e ainda receamos mais o afluxo das suas populações. Daí se terem estabelecido acordos de associação com a Hungria, a Polónia, a Checoslováquia em que, com muita prudência, se abre eventualmente a perspectiva da adesão, embora eles continuem a queixar-se da nossa eterna reticência em abrir mercados. À França, por exemplo, propôs que em vez de aceitar produtos da Rússia, esta passasse a receber dinheiro para comprar os seus próprios produtos e deixar de fazer concorrência aos agricultores franceses. Existe portanto uma série de problemas, que, porém, ainda serão maiores se avançarmos para além da Europa Central, para os Balcãs, para a Ucrânia, sem já falar da Rússia ou

de países simultaneamente europeus e asiáticos. E há também a questão da defesa europeia onde, como já referi, se verifica uma redução do papel dos Estados Unidos. O papel dos Europeus deveria aumentar, mas aí todos os receios da supranacionalidade que intervêm com Maastricht fazem com que esta perspectiva tenha dificuldade em avançar.

O que me leva ao segundo ponto, que é reinventar a Europa depois de Maastricht ou, mais precisamente, após as reacções a Maastricht em que os referendos e as dificuldades levantadas pelos Ingleses mostram que o processo europeu não pode continuar a ser gerido como até aqui. Um conhecido comentador distinguiu três aspectos da construção europeia que avançam a ritmo diferente: o aspecto económico que vai no sentido do mercado e da ideia de um Banco Central independente, ou seja, no sentido *de, em* certa medida, ultrapassar o poder dos Estados; o aspecto da política externa e de segurança comuns que, pelo contrário, é puramente intergovernamental e no fundo bastante tímido em relação aos desejos da Comunidade; e o aspecto jurídico, aquele de que menos se fala mas que, discretamente, é o que tem feito mais progressos — temos já o Tribunal das Comunidades, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, e algumas Constituições, incluindo a francesa, reconhecem o primado do direito comunitário e o recurso individual, em que qualquer Estado pode ser condenado por um tribunal supranacional. Donde se ter repentinamente tomado consciência de que a Europa do Direito e a Europa da Economia têm avançado bastante mais depressa do que a Europa da Política. Ora, as opiniões públicas, que em princípio eram pela Europa, não o haviam ainda apreendido e o facto conduziu a uma crise profunda, a chamada crise do défice político ou do défice democrático da Europa. A questão que se põe é portanto a seguinte: que défice? Porque se fala muito de défice europeu, apesar de no fundo se tratar igualmente de défice nacional. E isto porque a Europa foi continuando sem que os Parlamentos e a opinião pública tenham feito o seu papel, sem que tenha havido a discussão que só tardiamente despontou — em França, por exemplo, na altura do referendo. E os funcionários da Comissão de Bruxelas desculpam-se, e com razão, dizendo que estão a servir de bode expiatório. Mas este problema do défice democrático, este problema do papel dos governos em relação aos Parlamentos ou do papel dos tecnocratas em relação à sociedade, existe em todos os países. Tivemos efectivamente uma crise das instituições, ou pelo menos uma crise da elite e da classe política entre os funcionários face à sociedade. O que deu origem a certos movimentos, desde a Polónia aos Estados Unidos. Mas a culpa não é da Comissão Europeia, a culpa é da sociedade moderna.

Existem portanto crises entre a Comissão e os governos ou os Estados, e toda a gente fala agora do Moloch de Bruxelas, dizendo que as coisas não podem continuar como estão, e por aí fora. E uma crise entre as várias sociedades e os respectivos Estados, as respectivas elites governantes; é uma crise dos Estados entre si, entre grandes e pequenos, entre a Alemanha e a Inglaterra, entre aqueles que querem avançar e aqueles que, pelo



contrário, só pensam em recuar; e é uma crise — talvez a mais importante — dentro das próprias sociedades, como se viu no caso do referendo francês, como se está a ver em Itália. Existem várias sociedades europeias: umas mais ricas e mais dinâmicas que querem ultrapassar as fronteiras e ir por diante, e outras, fundamentalmente as dos agricultores e dos operários, que se sentem ameaçadas e receiam tornar-se periféricas ou excluídas, e para as quais o bode expiatório de todos os males é sempre a Europa. A grande questão reside portanto em saber se teremos uma Europa federal ou uma Europa das nações, uma Europa das élites ou uma Europa dos povos, uma Europa a várias velocidades e de geometria variável ou uma Europa una em que todos têm as mesmas obrigações, ainda que à custa dos famosos critérios de convergência que tanta dificuldade têm causado em matéria de dívidas ou de inflação à maioria dos países. Ou, no próprio interior das nações, tratar-se-á de sociedades a várias velocidades, divididas, ou de sociedades que concedem a prioridade à sua integração interna relativamente à integração europeia, uma vez que partes dessas sociedades, as quais, embora beneficiem da ajuda europeia, não estão aptas a integrar-se na Europa? Donde a tendência actual me parecer ir mais no sentido do recuo, e das várias velocidades. Eu diria mesmo, talvez forçando um pouco o pessimismo, que tivemos a vitória do Sim no referendo francês, mas que, psicologicamente, é como se tivesse havido uma vitória do Não. E que temos as vitórias de uma Europa una nas conferências mas, psicologicamente, não creio que consigamos escapar ao facto de alguns poderem aderir à moeda comum ou à defesa comum, e outros ainda não. Porque o problema não reside somente na construção europeia e na identidade da Europa, mas no próprio contexto: tanto no contexto interno, do Estado-nação, da sua coesão, da sua identidade ameaçada pela imigração e pelas várias diferenças internas dos Estados — como acontece nomeadamente em Itália —, quanto num contexto externo em decomposição — como na Europa de Leste, em especial nos Balcãs e na Rússia — e exigindo uma solidariedade e uma acção apenas possíveis numa perspectiva de integração e de intervenção. E justamente o que falta definir. Se a Doze já temos dificuldades, o que não será com aqueles que se preparam para entrar, ou com as perspectivas que a Comunidade oferece ao restante continente? Estamos perante uma tarefa nova que, e não será de mais frisá-lo no que respeita à Jugoslávia, constituiu um triste fracasso para a Comunidade — bem assim como para os Estados Unidos e para a ONU.

Conforme já disse na introdução, enquanto a Europa Ocidental tarda a reinventar-se, uma outra Europa já foi reinventada: a das guerras balcânicas, a dos tumultos russos do século XVII ou da guerra civil de 1917 a 1920-1922, a da limpeza étnica ou dos campos de concentração, a dos refugiados e dos milhões de pessoas deslocadas que tornam a percorrer as estradas e sobre quem Annah Arendt disse que elas eram o símbolo da nossa época. O que faz com que, tal como os Judeus durante a II Guerra Mundial, haja agora Muçulmanos literalmente a morrerem nos campos da

Bósnia, porque os nossos Estados se recusam a aceitá-los em número superior a 100, 200 ou 300 mil — os Alemães aceitaram 200 000 com as consequentes reacções de extrema direita racistas que se conhecem. Mais uma vez, discutimos, enquanto outros europeus morrem perto de nós, Ora, isso não é senão uma civilização que se está a desinventar, algo que julgámos ultrapassado. Os instintos mais animais e a passividade mais fria que outrora conhecemos, estão a reinventar-se — falo disto com uma certa paixão, pois também já fui refugiado na infância e conheci as experiências da II Guerra Mundial. O que estamos, no fundo, a reviver, são os fracassos e a impotência da Sociedade das Nações, as sanções contra a Etiópia, a não-intervenção em Espanha. Falou-se muito de Munique, mas Munique não passou de uma maneira de fazer com que os pobres dos Checoslovacos aceitassem amputar o seu país, de uma forma de os acusar de falta de docilidade por não o aceitarem. Mas é exactamente como hoje se procede com a Bósnia-Herzegovina. Assim, estão de regresso os problemas que atormentaram a Sociedade das Nações entre as duas guerras: as fronteiras, as minorias, as migrações. Problemas esses que esperávamos ter esquecido, e não sabemos como resolver.

Eis a razão por que o vosso tema da reinvenção é tão importante e está tão ligado à reconstrução de uma nova ordem europeia. Metternich, em 1815, também enfrentou essa questão. Só que tinha um princípio: a legitimidade dinástica. Depois foi a vez de Wilson, que também tinha um princípio: se cada um tiver a sua nacionalidade, tudo corre bem. Hoje, não sabemos qual é o princípio. Será a autodeterminação? Será não recortar etnicamente a instabilidade das fronteiras? Será a viabilidade económica? Serão os direitos históricos a um território, ou a maioria da população? Será o referendo? Será pior aceitar deslocações de fronteiras, ou aceitar deslocações de populações? Não sabemos. E, mesmo que o soubéssemos, não temos o poder que os Aliados detinham em 1918, ou em 1815, para recortar, para entregar a Bósnia-Herzegovina à Áustria, ou para criar uma Roménia. A Europa encontra-se numa espécie de situação imperial: tem a superioridade ideológica, a superioridade económica, a superioridade militar, mas não sabe o que lhes há-de fazer. E como se tivesse à sua frente um fogo, mas não dispusesse nem de doutrina, nem de coragem para o apagar. Donde o regresso de uma série de paradoxos com velhas instituições e velhas soluções. E o caso, por exemplo, dos Bósnios que pedem que o seu território seja colocado sob protectorado de quem quer que seja: da ONU, da Comunidade Europeia, da CSCE... — desde que tudo acabe, com um mandato, como os mandatos do período que medeou entre as duas guerras. Alguns falam de intervenção humanitária, outros pedem protectorados, se bem que ninguém se ofereça entusiasticamente para ser protector, mandatário ou interveniente. O problema coloca-se portanto de ambos os lados: tanto do lado dos que o levantam, como do lado dos que terão de o resolver. Parece-me que nós, Comunidade Europeia, não possuímos nenhum princípio essencial. Tudo o que temos para dar são procedimentos. O que equivale a dizer que não podemos saber se a Krajina deve ser sérvia ou

croata, ou se são os Georgianos ou os Abkazes quem tem razão. Mas podemos aconselhá-los a não adotarem soluções unilaterais, porque a CSCE existe, e há procedimentos de negociação, podemos aconselhá-los a multilateralizarem os problemas de fronteiras, de minorias e de migrações. Abrindo aqui um parêntesis, e conforme referi há pouco, sinto-me desiludido e enfurecido contra os governos, incluindo o do meu país, porque este problema dos refugiados jugoslavos não foi multilateralizado, não foi considerado um problema europeu em que a tarefa tem de ser repartida. Ninguém sabe se devem regressar à sua terra, ou se devem permanecer provisoriamente onde estão e serem integrados. É um assunto que deveria ser analisado em conjunto. E, sobretudo, era preciso dizer-lhes que não recorram à força nem para se libertarem, nem para prenderem os que querem partir. No longo prazo, ainda nos resta a solução de lhes explicar que somos um clube de pessoas pluralistas e democratas e que, se não quiserem ser como nós, estão no seu direito; mas se querem a nossa ajuda e esperam um dia entrar para o nosso clube, há que cumprir regras. Mas quando alguém, como Milosevic, diz que os Sérvios não sabem trabalhar mas sabem combater, se existem outros valores fundamentalistas ou radicais que acham a prosperidade económica uma coisa muito interessante, mas o que conta são os Sérvios e a Sérvia, que podemos então dizer, que podemos então fazer? A Comunidade talvez ofereça uma solução a longo prazo mas, como dizia Keynes, «no longo prazo estamos todos mortos» — o que se aplica certamente aos Muçulmanos da Bósnia. E, entretanto, intervir onde? Intervir como? Com que mandato? Com que legitimidade? Com que força? Uma coisa é certa: nada será possível fora de um acordo com os Americanos e a ONU. Já se verificam alguns pequenos indícios, com as zonas de segurança e os comboios humanitários, mas a Europa não está pronta a fornecer uma solução política, nem dispõe dos meios para a impor. Penso portanto, para concluir, que o problema que se põe é o da reinvenção não só da Europa, mas do Estado-nação. Os nacionalismos emergem porque o Estado está em crise e porque as pessoas não estão certas da sua identidade, querendo afirmá-la de uma maneira agressiva. Mas o Estado, esse, é atacado tanto internamente pelos regionalismos e às minorias, como externamente pela interdependência económica. Até onde se estende este problema da Europa? Incluirá as zonas instáveis? Que relações devem ter com os Estados Unidos e a ONU? Como vêem, limitei-me a formular interrogações, mas interrogações que podem perturbar a vossa serenidade e não vos fornecer resposta. Porque, para reinventar a Europa, há que determinar o seu fundamento. A Europa tanto tem estado dividida em Estados batalhadores, como tem estado unida, sobretudo em dois momentos: na Idade Média pelo cristianismo e no século XVIII pela Europa das Luzes. Donde a seguinte questão: devemos encarar uma Europa cristã — mas que significaria exclusão dos outros, dos Muçulmanos por exemplo —, ou antes uma Europa das Luzes, ou seja, uma Europa da economia, do direito, da interdependência, do indivíduo, do contrato? É claro, hoje, que esta não chega, porque a paixão da

Comunidade ressentida pelo homem não se satisfaz com uma sociedade moderna, económica e jurídica. Existem outras soluções, como o pluralismo cultural na unidade política, ou a identidade pós-nacional dos vários Estados sem perda das respectivas culturas. Eu, pessoalmente, receio que seja o contrário: uma cultura homogeneizada pelo efeito dos *media* e da técnica, e o desejo de afirmar politicamente essa perda da cultura própria através de uma afirmação contra os outros. E aí que reside a grande questão: como conciliar identidade e abertura, como conciliar continuidade e aceitação da novidade e da tolerância? Só que este problema não é específico da Europa, mas sim específico da política. Onde a necessidade de reinventar a política. Reinventar a política em comprimento é conciliar tradição e progresso, mudança e continuidade. Reinventar a política em largura, é conciliar a identidade de um povo com a sua abertura aos outros. Reinventar a política em altura é conciliar a diferenciação entre governantes e governados, entre ricos e pobres. Numa palavra, há que reinventar a democracia social e política. E talvez a Europa seja apenas um meio para atingir esse fim, desaparecendo depois. Li, por acaso, uma citação do Fernando Pessoa acerca do Quinto Império, que dizia que a Grécia, Roma, o Cristianismo e a Europa caminham todos, e sempre, para a verdade. Haverá um Quinto Império? Talvez a Europa nos ajude a descobri-lo. Mas também pode não haver Quinto Império, pode ser que quando a política e a Cidade tiverem sido reinventadas, de forma afinada e progressiva, então nos apercebamos que a Europa já foi reinventada.